

Parecer nº 94/97

Data: 1997.09.02

Processo nº 256

Reclamante: Luís Pedro de Andrade Correia Botelho

Entidade reclamada: Direcção-Geral da Polícia Judiciária

1. Do pedido

1.1. Luís Pedro de Andrade Correia Botelho, identificado no requerimento que dá origem ao processo, dirigiu-se à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) pedindo a sua intervenção no sentido de lhe ser dado acesso a dois documentos identificados pela referência às fotocópias constantes dos anexos IV e V e detidos pela Direcção-Geral da Polícia Judiciária.

Trata-se de informação sobre:

- a) fundamentos de atribuição de uma indemnização a uma determinada chefe de divisão, decorrente da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 295-A/90, de 21 de Setembro, conjugado com o Estatuto do Pessoal Dirigente;
- b) fundamentação das últimas propostas de nomeação feitas para cargos dirigentes.

1.2. De acordo com as fotocópias que juntou, mantém-se a pendência de um processo interno referente à progressão na carreira do requerente, conduzido nos termos do Código do Procedimento Administrativo, ao abrigo do qual lhe foram enviadas, a seu pedido, fotocópias de documentos do processo.

É óbvio que sobre o fundo da questão não caberá à CADA tomar sequer conhecimento e também não deve intervir no acesso aos documentos constantes do processo pendente.

2. Apreciação

2.1. Face à Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, Lei de Acesso aos Documentos Administrativos – LADA, há que apreciar, sim, se o requerimento pode e deve ser tratado como uma reclamação, pela não satisfação do pedido de acesso aos documentos expressamente identificados no ponto 6 do seu requerimento de 8 de Julho de 1997, correspondente ao Anexo VII.

2.2. Refere o requerente que já em 5 de Junho de 1997, quando notificado para, querendo, intervir no procedimento e consultar o respectivo processo, pretendia ter visto incluídas essas “peças” nas fotocópias que recebeu.

Mas como só agora expressamente os pediu no ponto 6 do seu ofício de 8 de Julho de 1997 dirigido ao Director-Geral da Polícia Judiciária, o acesso considera-se tacitamente indeferido, decorrido que foi o prazo de 35 dias fixado pelo nº 3 do artigo 15º da LADA.

O procedimento administrativo parece ainda não ter terminado; por isso e de acordo com o nº 5 do artigo 7º, o acesso aos documentos que dele fazem parte só é possível após a decisão final, o arquivamento do processo ou decorrido um ano após a elaboração do documento pretendido.

2.3. Todavia, as informações pretendidas constam de documentos autónomos e estranhos, portanto, ao referido processo pendente.

2.4. É nestas circunstâncias que o pedido configura a reclamação a que se referem os artigos 15º e 16º da LADA.

Diz o nº 4 do artigo 15º que o interessado pode apresentar à CADA reclamação do indeferimento expresso ou tácito do requerimento ou das decisões limitadoras do seu direito de acesso e determina o nº 3 que o pedido se considera tacitamente indeferido se a Administração nada comunicar ao requerente, no prazo de 35 dias.

De acordo com o artigo 16º a reclamação tem de ser apresentada à Comissão no prazo de 10 dias.

2.5. Verifica-se que foram respeitados estes prazos e que será possível, portanto, aceitar e apreciar a reclamação.

Pretende-se o acesso a documentos que cabem no conceito de documentos administrativos definidos pelo artigo 4º da LADA e que não exigem o especial tratamento que os artigos 7º e 8º prevêem para os documentos nominativos. De facto, os fundamentos que justificam uma indemnização ou as nomeações de dirigentes não se presumem enquadráveis na reserva da intimidade da vida privada dos indemnizados ou dos nomeados.

Aliás, se esses dados nominativos existissem, poderia a Administração expurgar os documentos que os contivessem, ou exigir um parecer favorável da Comissão de Acesso a pedir pelo interessado, sob a invocação do seu interesse pessoal e directo na informação (cfr. nº 2 do artigo 7º e nº 3 do artigo 8º).

Embora a informação pretendida possa indirectamente ter ligação com o processo pendente e com a defesa da posição do reclamante, ela é contida em documentos estranhos àquele processo.

3. Conclusão

Apreciado o requerimento e tratado como reclamação apresentada nos termos dos artigos 15º e 16º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, a Comissão delibera considerá-la procedente, devendo o Director-Geral da Polícia Judiciária facultar ao reclamante os documentos pedidos que contêm os fundamentos da atribuição de uma indemnização à Chefe de Divisão do Gabinete de Perícia Financeira e Contábilística da Polícia Judiciária e das propostas mais recentes das nomeações para os cargos dirigentes de chefe de área, director de departamento, subdirector-geral adjunto e director-geral adjunto.

Oficie-se, nos termos do nº 2 do artigo 16º, quer à entidade requerida quer ao requerente.

Lisboa, 2 de Setembro de 1997.

Branca do Amaral (Relatora) – *Fernando Condesso* – *João Figueiredo* – *Hélio Corvelo de Freitas* – *José Renato Gonçalves* – *João Labescat* – *Armindo José Girão Cardoso* (Presidente)